



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA - SMAS

A Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES, através da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, vem apresentar o presente Termo de Referência para realização de um procedimento que constitui como objeto, parceria de Organizações da Sociedade Civil - OSC, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, que presta serviços na área de Assistência Social, para ofertar serviços socioassistenciais tipificado como média complexidade.

O Termo de Parceria se realizará em consonância ao disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 404/2018 e demais normas editadas, de acordo com as exigências elencadas no presente documento.

1 — DA MODALIDADE DE INSTRUMENTO JURÍDICO

O acordo de Fomento para consecução de finalidade de interesse público e recíproco proposta pela Administração Pública, para ofertar serviços habilitação e ou reabilitação da pessoa com deficiência intelectual, múltipla, transtorno global de desenvolvimento do espectro autista, assim como a promoção de sua inclusão e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares.

2 — DA BASE LEGAL DA POLÍTICA RELACIONADA AO OBJETO:

- a) Lei Federal Nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento;
- b) Decreto nº 404/2018, que regulamenta o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade, instituído pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, estabelecendo regras específicas no âmbito do Município de Santa Teresa - ES e dá outras providências;
- c) Constituição Federal de 1988;
- d) Lei Orgânica do Município de Santa Teresa de 1990.

3 - DO OBJETO.

A proposta de parceria entre a Associação Pestalozzi e o município de Santa Teresa, através da Secretaria Municipal de Assistência Social tem por finalidade aumentar a capacidade de resposta do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no atendimento e acompanhamento das pessoas com deficiência com aquisição de material pedagógico, de expediente e de higiene e limpeza para atender pessoas com deficiência e seus familiares do Município de Santa Teresa.

Rua Darly Nerly Vervloet, 446 – Centro - Santa Teresa – ES – CEP: 29650-000

Tel: (27) 3259 3900 – CNPJ: 27 167 444/ 0001-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo nº	150401/22
Subscrição	166
Folha nº	166

4 - DA JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Considerando a necessidade de atendimento e acompanhamento com atividades diversificadas em espaço específico e adaptado para pessoas com deficiência proporcionando a estes uma convivência comunitária com ambientes diversos objetivando uma ampla visão de possíveis possibilidades de atividades de lazer, esportiva e de convivência que agregarão na sua qualidade de vida.

A Associação Pestalozzi trata-se de uma instituição que prima pela proteção aos direitos à dignidade da pessoa humana e de promoção de valores sociais, éticos e morais quanto à equidade, igualdade e liberdade, e ainda trata-se de uma instituição que não tem fins econômicos, nem lucrativos, com a finalidade de prestar de serviços.

O Município recebe o Piso de Transição de Media Complexidade para Pessoas com deficiência, idosas e suas famílias do Fundo Nacional para o Fundo Municipal, através de repasse fundo a fundo, o qual será repassado para a Instituição, que está totalmente apta ao atendimento da Pessoa com deficiência.

Ainda, a instituição através dos documentos apresentados comprova que é a única instituição no território do município que pode ofertar o que é proposto nesta parceria, considerando sua localização, sua estrutura física, capacidade técnica, parcerias anteriores executadas conforme disposto no plano de trabalho.

Em virtude das razões mencionadas, justificamos a parceria.

5 - DO PÚBLICO ALVO DA PARCERIA

Atender 126 (cento e vinte e seis) pessoas com deficiências e seus familiares, com vistas a inclusão e defesa de seus direitos.

6 — DO PERÍODO DE REALIZAÇÃO.

Estima-se a realização num período de 12 (doze) meses para execução da parceria, onde foi apresentado um cronograma de execução no plano de trabalho do parceiro colaborador.

7 - OBJETIVOS GERAIS:

Garantir atendimento socioassistencial de qualidade, de forma continuada, promovendo assim a inclusão social e comunitária das pessoa com deficiência, fortalecimento de vínculos familiares, com vistas à garantia aos direitos fundamentais que lhe são inerentes.

8 — RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS:

Atendimento de (cento e vinte e seis) pessoas com deficiências e seus familiares, atingindo 100% dos atendimentos.

9 — FORMAS DE AVALIAÇÃO PARA ALCANCE DOS RESULTADOS:

9.1 - Análise dos relatórios de atividades desenvolvidas;

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Centro - Santa Teresa – ES – CEP: 29650-000

Tel: (27) 3259 3900 – CNPJ: 27 167 444/ 0001-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo nº	15040/22
Rubrica	af
Folha nº	167

9.2 - Análise das ações do Plano de Trabalho;

9.3 - Fotos;

9.4 - Análise das despesas realizadas.

10 - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA PARCERIA:

12(doze) meses.

11 — VALOR GLOBAL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA:

O valor estimado da parceria é de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

12 – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além de outros compromissos assumidos por meio deste termo e respectivo plano de trabalho, os previstos na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal 404/2018 e legislação e regulamentação aplicáveis à espécie:

I - DO MUNICÍPIO:

- (a) elaborar e conduzir a execução da política pública;
- (b) emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC;
- (c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- (d) prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido;
- (e) repassar à OSC os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- (f) manter, em seu sítio eletrônico, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- (g) publicar, no Diário Oficial do MUNICÍPIO, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, o nome do gestor da parceria e do signatário representante da OSC;
- (h) instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), por ato da autoridade competente, a ser publicado no Diário Oficial do MUNICÍPIO;
- (i) emitir relatório técnico de monitoramento de avaliação da parceria;
- (j) analisar os relatórios gerenciais financeiros e de resultados;
- (k) analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.
- (l) disponibilizar na íntegra, em seu site eletrônico, o teor deste termo e de seus aditivos, bem como de todos os relatórios gerenciais de resultados após a coleta das assinaturas;
- (m) na hipótese de inexecução exclusiva por culpa da OSC, o MUNICÍPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, retomar os bens públicos em poder da OSC, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens e/ou, assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Centro - Santa Teresa – ES – CEP: 29650-000

Tel: (27) 3259 3900 – CNPJ: 27 167 444/ 0001-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que o MUNICÍPIO assumiu essa responsabilidade;

II - DA OSC:

(a) apresentar relatórios anual da execução do objeto e de execução financeira, contendo:

i. Comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;

ii. Demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência; e

iii. Comprovantes e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

(b) prestar contas da totalidade dos resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

(c) executar o plano de trabalho - isoladamente ou por meio de atuação em rede, na forma do artigo 35-A, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 - bem como aplicar os recursos públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

(d) zelar pela boa qualidade das ações e serviços pelo Município, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

(e) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do MUNICÍPIO;

(f) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

(g) divulgar, no seu site eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma e prazos definidos pelo MUNICÍPIO, as parcerias celebradas com esse último, observando-se as informações mínimas exigidas e eventuais restrições de segurança que impeçam a sua divulgação, na forma da lei;

(h) indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da parceria;

(i) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em uma única e exclusiva conta bancária, observado o disposto no artigo 51 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de Julho de 2014;

(j) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto da parceria;

(k) assegurar que toda divulgação das ações objeto da parceria seja realizada com o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO;

(l) utilizar materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado;

(m) permitir e facilitar o acesso de agentes do MUNICÍPIO, membros dos conselhos gestores da política pública e demais órgãos de fiscalização interna e externa a todos os

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Centro - Santa Teresa – ES – CEP: 29650-000

Tel: (27) 3259 3900 – CNPJ: 27 167 444/ 0001-72

Processo n.º	15044/22
Rubrica	168
Folha n.º	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo n°	150401/22
Rubrica	[assinatura]
Folha n°	169

documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto;

(n) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante o MUNICÍPIO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

(o) responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

13 - AS DESPESAS DECORRENTES DO ACORDO DE FOMENTO CORRERÃO A CONTA DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Atividade: 013001.0824200292.047.

Elemento da despesa: 33504300000.

Fonte: 1660000000000.

Ficha: 272.

Valor: R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

Gestor da parceria: Eduardo José dos Santos.

14 - DA DOCUMENTAÇÃO

Para a celebração do Termo de Fomento a OSC, mediante a apresentação dos documentos na fase de celebração do Termo de Fomento deverá comprovar:

14.1 - ser regida por estatuto que preveja, expressamente, que seus objetivos são voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado. Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas;

14.2 - ser regida por estatuto que preveja, expressamente, que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta. Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas;

14.3 - ser regida por estatuto que preveja, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

14.4 - possuir, no momento da apresentação da Proposta do Plano de Trabalho, no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ;

14.5 - possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, a ser comprovada mediante documentação a ser entregue, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros, os seguintes documentos:

14.5.1 - instrumentos similares firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, com empresas públicas, privadas, outras OSC's ou cooperações internacionais, acompanhados de declaração de efetividade na realização das ações,

[assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo nº	15040/22
Rubrica	
Folha nº	170

indicando quais os resultados alcançados, emitida pelo representante legal ou estatutário, do concedente ou contratante;

14.5.2 - declarações de experiência anterior, emitidas por redes, OSC's, movimentos sociais ou empresas públicas ou privadas que especifiquem a efetividade das ações e indiquem os resultados alcançados, firmadas pelo representante legal ou estatutário, do concedente ou contratante;

14.5.3 - declaração, sob as penas da lei, firmada pelo representante legal ou estatutário, sobre a experiência prévia da OSC, acompanhada de relatório pormenorizado das atividades por ela já desenvolvidas e especificando sua efetividade;

14.5.4 - outros documentos como: relatórios de prestações de contas aprovadas, publicações temáticas, relatórios anuais de atividades, comprovação de participação em algum conselho de política pública, prêmios recebidos, etc.

14.6 - possuir instalações e outras condições materiais, inclusive quanto à salubridade e segurança, para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, declaração sobre instalações, capacidade técnica e operacional;

14.7 - deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas — Declaração sobre instalações, capacidade técnica e operacional;

14.8 - atender todas as exigências deste Termo de Referência, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal 404/ 2018;

14.9 - atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa;

14.10 - cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014 ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

14.11 - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

14.12 - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

14.13 - cópia do RG e CPF do representante legal da OSC;

14.14 - cópia do comprovante residencial, atualizado, de até 03 (três) meses, do representante legal da OSC;

14.15 - comprovação de que a OSC funciona no endereço por ela declarado, podendo ser realizada por meio de contas de consumo atuais, salvo as referentes à telefonia móvel;

14.16 - declaração assinada pelo presidente da OSC, sob as penas da lei, de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014, nos moldes do modelo previsto no Decreto 404/2018, informando também que a OSC está com a situação regular com recursos recebidos anteriormente;

14.17 - declaração assinada pelo presidente da OSC, sob as penas da lei, informando que nenhum dos dirigentes é membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Centro - Santa Teresa – ES – CEP: 29650-000

Tel: (27) 3259 3900 – CNPJ: 27 167 444/ 0001-72



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo n°	15040/22
Rubrica	[assinatura]
Folha n°	171

cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, sendo considerados:

I) membros do Poder Executivo: o Chefe do Poder Executivo (Prefeito), Vice Prefeito e Secretários Municipais;

II) membros do Poder Legislativo: Vereadores e

III) membros do Ministério Público (Procuradores e Promotores);

14.18 - declaração assinada pelo presidente da OSC, sob as penas da lei, atestando não incorrerem nas situações de vedações, previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso VII do art. 39 da Lei Federal n° 13.019/2014;

14.19 - declaração assinada pelo presidente da OSC, sob as penas da lei, de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados de servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

14.20 - declaração assinada pelo presidente da OSC, sob as penas da lei, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;

14.21 - comprovante de inscrição nos Conselhos Municipais das áreas correspondentes de atuação;

14.22 - declaração de não incorrência de vedações previstas no Decreto Municipal 404/2018 e Lei Federal 13.019/2014.

15 - PARECER DO GESTOR DA PARCERIA E DE ÓRGÃO TÉCNICO E ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO.

A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do Plano de Trabalho e a emissão do parecer técnico.

O parecer servirá como fundamento e razão de decidir para o chefe do Poder Executivo decidir pela celebração do acordo.

A aprovação do Plano de Trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

16 - PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

O Termo de Fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicidade, atendendo a legislação vigente. (Art. 38 da Lei n° 13.019 de 2014).

17 - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Centro - Santa Teresa – ES – CEP: 29650-000

Tel: (27) 3259 3900 – CNPJ: 27 167 444/ 0001-72

[assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1.º - Aplicadas as sanções previstas no caput desta cláusula, deverão ser as mesmas registradas no portal de parcerias com organizações da sociedade civil.

§ 2.º - Enquanto não implantado o portal de que trata o parágrafo anterior, as sanções serão registradas no sítio eletrônico do Município e comunicadas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e ao Ministério Público.

18 - GESTOR DA PARCERIA

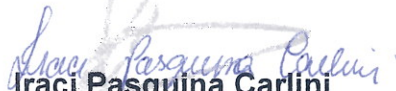
Será designado para função de Gestor da parceria o senhor **Eduardo José dos Santos**, por ato administrativo próprio, a ser lavrado antes da formalização do acordo.

19 - FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO

O projeto deverá ser executado nas dependências da Associação Pestalozzi, Ladeira Fortunato Carlos Bonino, 457, bairro Vila Nova, Santa Teresa - ES, CEP 29.650-000, considerando que a instituição possui toda estrutura necessária para desempenho das atividades propostas.

Santa Teresa, 25 de janeiro de 2023.

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência.


Iraci Pasquina Carlini
Gerente de Gestão

Declaro que sou responsável pela fiscalização da parceria.


Eduardo José dos Santos
Subsecretário Municipal de Assistência Social

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima e que todos os requisitos obrigatórios foram observados neste Termo de Referência.


Ivana Maria Massini da Costa
Secretária Municipal de Assistência Social

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 - Centro - Santa Teresa - ES - CEP: 29650-000

Tel: (27) 3259 3900 - CNPJ: 27 167 444/ 0001-72